



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

(artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO

1.º Semestre de 2022

17



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO
- III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
- VIII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de auditor externo da **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 77º, nº 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2022.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 6 637 686 euros e um total de património líquido de 2 814 449 euros, incluindo um resultado líquido de 171 193 euros), à Demonstração dos Resultados e aos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 1 770 549 euros de despesas pagas e um total de 2 319 126 euros de receitas cobradas) que nos foram apresentados pelo Secretariado Executivo Intermunicipal relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

Importa referir que o processo de transição para o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), iniciado no exercício de 2020, ainda não se encontra integralmente concluído, quer quanto à identificação e quantificação dos ajustamentos de transição, quer quanto ao cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo normativo contabilístico em termos de contabilidade orçamental e de gestão (levando em linha de conta a aplicação supletiva da IPSAS 33, quanto ao período de 3 anos para o processo de transição), estimando-se que essa transição fique totalmente concluída até ao final do exercício.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO

É da responsabilidade do Secretariado Executivo Intermunicipal:

- a) A preparação do balanço, da demonstração dos resultados e dos mapas de execução orçamental intercalares, reportadas a 30 de junho de 2022, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.

III. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR EXTERNO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2022.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações aos responsáveis, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Continuam a colocar-se limitações significativas na obtenção de informação tempestiva e rigorosa que nos permita concluir acerca da titularidade, existência e mensuração dos ativos classificados nas rubricas de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento. Assim, não nos foi possível quantificar os eventuais ajustamentos necessários no ativo, património líquido e resultado líquido da Entidade.
2. A entidade deverá dar continuidade às melhorias que se vêm verificando ao nível dos procedimentos de controlo interno e dos processos de análise, revisão e conferência, quer dos registos contabilísticos, quer dos mapas orçamentais, com vista a um maior rigor e fiabilidade da informação.

4



V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da demonstração dos resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. Os rendimentos de transações sem contraprestação, respeitantes a transferências e subsídios correntes obtidos, carecem ainda de um maior rigor ao nível da classificação da sua natureza (exploração/investimento), pelo que não nos foi possível ainda apurar os eventuais efeitos ao nível do ativo, passivo, património líquido e resultado líquido da Entidade.
2. Consideramos ainda que não foi cumprido na íntegra o princípio da especialização dos exercícios, embora já se tenham verificado um conjunto de melhorias, pelo que os resultados podem divergir materialmente dos apresentados.

VI. INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Das análises anteriores decorrem os indicadores de situação económica e financeira e de dependência que vêm expressos nos quadros subsequentes:

Indicadores da situação económico-financeira		30/jun/22	31/dez/21
Solvabilidade	Patrimonio Liquido/Passivo	74%	188%
Autonomia Financeira	Patrimonio Liquido/Ativo Liquido	42%	65%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,29	1,68
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Liquidos/Passivo Corrente	0,96	1,01
Rendibilidade Económica	RL/Ativo Liquido	3%	4%
Rendibilidade Financeira	RL/Patrimonio Liquido	6%	7%
Endividamento	Passivo/Ativo Liquido	58%	35%

5



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Indicadores de dependência		30/jun/22	31/dez/21
Dependência económica total	Rendimentos com origem na entidade/Gastos Totais	22%	13%
Dependência económica de transferências e subsídios	Rendimentos com origem na entidade de transferências e subsídios/Rendimentos Totais	80%	87%

VII. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Conforme já referido acima, no âmbito do processo de transição para o SNC-AP, que se encontra em curso, a entidade procedeu a um conjunto de alterações ao nível da contabilidade orçamental, prevendo que até ao final do presente exercício estejam cumpridos todos os requisitos previstos no novo normativo.

Da demonstração do desempenho orçamental preparada pela entidade decorrem os resumos evidenciados nos quadros abaixo:

Demonstração do desempenho orçamental					
Rubrica	Recebimentos	Total	Rubrica	Pagamentos	Total
	Saldo de gerência anterior	1 408 935,91			
	Operações orçamentais [1]	662 629,68			
	Operações de tesouraria [A]	746 306,23			
	Receita corrente	1 648 475,19		Despesa corrente	1 651 730,52
R1	Receita fiscal	-	D1	Despesas com o pessoal	313 390,61
R2	Contribuições para sistemas de proteção sc	-	D2	Aquisição de bens e serviços	416 970,58
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	D3	Juros e outros encargos	269,10
R4	Rendimentos de propriedade	6 449,55	D4	Transferências e subsídios correntes	918 510,12
R5	Transferências Correntes	1 634 967,13	D5	Outras despesas correntes	2 590,11
R6	Venda de bens e serviços	7 058,51			
R7	Outras receitas correntes	-			
	Receita de capital	8 021,13		Despesa de capital	18 818,49
R8	Venda de bens de investimento	7 823,00	D6	Aquisição de bens de capital	18 818,49
R9	Transferências de Capital	-	D7	Transferências de capital	-
R10	Outras receitas de capital	-	D8	Outras despesas de capital	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	198,13			
	Receita efetiva [2]	1 656 496,32		Despesa efetiva [5]	1 670 549,01
	Receita não efetiva [3]	-		Despesa não efetiva [6]	100 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	-	D9	Despesa com ativos financeiros	100 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	D10	Despesa com passivos financeiros	-
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	2 319 126,00		Soma [7]=[5]+[6]	1 770 549,01
	Operações de tesouraria [B]	3 335 143,56		Operações de tesouraria [C]	1 051 736,21
				Saldo para a gerência seguinte	3 578 290,57
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	548 576,99
				Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	3 029 713,58
				Saldo global [2] - [5]	- 14 052,69
				Despesa primária	1 670 279,91
				Saldo corrente	- 3 255,33
				Saldo de capital	10 995,49
				Saldo primário	13 783,59
				Receita total [1] + [2] + [3]	2 319 126,00
				Despesa total [5] + [6]	1 770 549,01

6



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Adicionalmente apresenta-se o seguinte quadro de indicadores orçamentais:

Descrição	30/jun/22
Receita Total/Despesa Total	131%
Receita Corrente/Despesa Corrente	100%
Receita Corrente/Receita Total	71%
Despesa Corrente/Despesa Total	93%

VIII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, e excetuando as notas acima descritas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO** para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2022, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente, apesar das possibilidades de melhoria associadas ao processo de transição para SNC-AP e sua respetiva implementação. Salientamos ainda que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 12 de setembro de 2022.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)